

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS COMO ESPAÇO INVESTIGATIVO

José Augusto Chaves Guimarães ¹
chaves.guimaraes@unesp.br

A Organização do Conhecimento remonta ao início da civilização, acompanhando o transcorrer da história humana desde os tabletas de argila na Mesopotâmia, as categorias aristotélicas, a árvore de Porfírio, o Trivium e o Quadrivium, as glosas dos monges copistas, as concordâncias bíblicas e a taxonomia de Lineu, entre outros. Mas é notadamente a partir do século XIX que a organização do conhecimento assume uma nova dimensão, indo além da classificação dos saberes para a classificação dos documentos (WITTY, 1973; POMBO, 1998; SAN SEGUNDO, 1993).

Desse modo, tem-se um conhecimento gerado pela sociedade que, uma vez socializado por conta de sua materialização ou registro, constitui-se naquilo que Michael Buckland (1991) denomina “informação como coisa”, reflexo da concepção de Suzanne Briet (1951) de documento como evidência de um conhecimento. Esse conceito de materialidade decorre de um contexto de produção social de documentos, constituindo uma base material para o próprio conceito de epistemologia, na medida em que esta se torna tão somente discernível, para a sociedade, a partir da produção e disseminação de documentos.

No entanto, para que esse conhecimento socialmente produzido possa ter um uso social, necessário se torna um processo central e mediador, de organização, em que se estabelecem “substitutos do conhecimento” (OLSON, 2002) de modo que os contextos de produção e de uso possam ser colocados em diálogo.

Tem-se, assim, um processo helicoidal em que um conhecimento A é produzido, recebe uma organização B, tem um uso C e, desse uso e apropriação, gera-se um conhecimento D, que recebe uma organização E, para um uso F e assim infinitamente. (GUIMARÃES, 2008).

Nos campos de estudos relativos à Informação e à Documentação (como a Arquivística) foi a partir da obra *The organization of knowledge and the system of sciences* (BLISS, 1929) que a organização do conhecimento foi pela primeira vez

abordada como tal mas foi somente na década de 1970 que se efetivou sua configuração teórico-metodológica como disciplina, notadamente a partir dos os trabalhos de Dagobert Soergel e de Ingetraut Dahlberg, na Alemanha (DAHLBERG, 1995) e, na década seguinte, teve seu marco institucional e investigativo com a criação, em 1989, da International Society for Knowledge Organization – ISKO, em Frankfurt.

Como destacam Esteban Navarro e Garcia Marco (1995), a OC constitui uma disciplina

[...] dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas do planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com o fim de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento.

É importante destacar que o conhecimento que é objeto da OC diferencia-se daquele abordado pela Psicologia ou mesmo pela Gestão do Conhecimento, os quais possuem uma natureza mais individual e subjetiva. No caso da OC, tem-se, como já foi dito, um conhecimento socializado que, para tanto, necessita ser registrado de modo a garantir sua portabilidade no espaço e sua permanência no tempo (SMIT ; BARRETO, 2002).

Esse conhecimento – dinâmico por natureza – como destaca Barité (2001), atua, ao mesmo tempo, como um produto social, uma necessidade social e um dínamo social, possuindo uma estrutura e uma forma de comunicação caracterizadoras de um sistema aberto e sendo expresso por meio de conceitos e organizado mediante sistemas de conceitos.

Trazendo essa questão especificamente para o âmbito arquivístico tem-se, ademais, um conhecimento que pressupõe uma dimensão coletiva orgânica, uma forma

específica, uma articulação de forma e de conteúdo e um contexto de produção (TOGNOLI, RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019).

Em suma, pode-se dizer que esse conhecimento registrado e socializado que permeia as instâncias arquivísticas:

- somente adquire sentido se entendido como parte de um conjunto e em intrínseca relação com seus congêneres;
- evidencia uma materialização (registro) que vai além de uma mera forma para refletir uma lógica de estruturação de conteúdos para servir a fins específicos
- possui credibilidade e valor testemunhal de seu conteúdo na dependência de aspectos formais (diplomáticos) em que cada forma serve especificamente à materialização de determinados conteúdos
- possui uma gênese sempre contextual, só fazendo sentido dentro desse contexto.

Uma vez discutida a natureza desse conhecimento no âmbito arquivístico, cabe abordar a sua forma de organização, a qual se faz necessária para que esse conhecimento possa ser acessado (SMIT, 1996), estabelecendo uma ponte entre a sua produção e o seu uso.

Dada sua natureza contextual, tal organização possui uma natureza artificial (pois é estabelecida pelo homem posteriormente à produção do documento), provisória (pois se insere nas dimensões de espaço e tempo) e determinista (porque, em um dado espaço e tempo, estabelece critérios a serem seguidos) (BARITÉ, 2001). Nesse contexto, há de se ressaltar que o conhecimento, nos arquivos, é organizado tanto para fins funcionais (como no caso do arquivo corrente) quanto para fins de documentação (como no arquivo permanente).

Em termos metodológicos, a OC apresenta uma tríplice configuração em que se verifica um conjunto de **processos** (identificação, análise diplomática, classificação, descrição ²), de **instrumentos** (normas de descrição, tipologias documentais, vocabulários controlados) e de **produtos** (quadros de classificação, tabelas de temporalidade, índices, catálogos, inventários) atuando de forma sincrônica para que a mediação entre a produção e o uso do conhecimento se realize.

Trazendo essa questão para o universo da pesquisa observam-se, na atualidade, três dimensões em que esta pode se efetivar: uma **dimensão epistemológica**, voltada

para a consolidação de teorias, metodologias, paradigmas e do reconhecimento dos diálogos interdisciplinares; uma **dimensão tecnológica ou aplicada**, voltada para o desenvolvimento de novas ferramentas/instrumentos e produtos de OCA (a partir de novos contextos de produção e de uso); e uma **dimensão cultural**, voltada para os contextos e as atividades/processos de mediação entre esses contextos (os sujeitos, as culturas, os valores etc). A vista disso, alguns desafios e perspectivas investigativas podem ser delineados no tocante à organização do conhecimento em arquivos na atualidade

Na dimensão epistemológica, delineiam-se os desafios de evidenciar as diferentes “escolas de pensamento” (teóricas e metodológicas) desse campo e as intersecções entre elas existentes na perspectiva de promover sua consolidação como um domínio de conhecimento assim como seu diálogo “em mão dupla” com outras disciplinas.

Na dimensão tecnológica ou aplicada, os desafios situam-se em evitar a recuperação de “lixo informacional” e em desenvolver ferramentas cada vez mais amigáveis e que garantam a confiabilidade e a autenticidade dos registros em ambiente digital, na perspectiva de aumentar a interoperabilidade e de promover uma recuperação cada vez mais rápida, eficaz e útil.

Por sua vez, na dimensão cultural os desafios residem em evitar proselitismos, dominações culturais, preconceitos, censura muitas vezes inerentes ao “poder de nomear” (OLSON, 2002; GUIMARÃES; PINHO; MILANI, 2016) na perspectiva de promover uma ética “transcultural de mediação” (GARCIA GUITERREZ, 2002), uma “garantia cultural” (BEGHTOL, 2002, 2005) e o respeito à dinâmica dos distintos domínios de conhecimento (THELLEFSEN & THELLEFSEN, 2004).

Observa-se, pois, que a organização do conhecimento em arquivos constitui um espaço investigativo profícuo e desafiador, mas que pressupõe uma reflexão crítica constante, sempre permeada pelas configurações espaço-temporais (GUIMARÃES, 2017), no sentido de que se efetive uma relação de mútua colaboração entre teoria e prática em que se tenha uma teoria aplicável no espaço e no tempo e uma prática teórica e metodologicamente fundamentada não se esquecendo nunca tratar-se de uma área dinâmica por natureza e, por conseguinte, atenta aos avanços da sociedade.

Notas

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília/SP, Brasil.

² Tognoli e Guimarães (2019) se referem à descrição como um universo que abarca reconhecimento, representação e organização.

Referências

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, K. (Org.). Educação, universidade e pesquisa: textos completos do **III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio**. Marília: Unesp-Marília-Publicacoes; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v.58, n.5, p.507-3, 2002.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.56, n.9, p. 903-912, 2005.

BLISS, H. E. The organization of knowledge and the system of the sciences. New York: Henry Holt, 1929.

BRIET, Suzanne. Qu'est-ce que la documentation? Paris; édit, 1951.

BUCKLAND, M. (1991). Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p. 351-360, June 1991.

DAHLBERG, I. **Current trends in knowledge organization**. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Libreria General, 1995. p.7-26.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. G. Las “primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica”. Scire, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, Ene./Jun. 1995.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Knowledge Organization from a ‘Culture of the Border’ Towards a Transcultural Ethics of Mediation**. In LÓPEZ HUERTAS, M.J. (Ed.) Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21st

Century: Integration of Knowledge Across Boundaries. Würzburg: Ergon, 2002, p.516-22.

GUIMARÃES, J.A.C. **Slanted knowledge organization as a new ethical perspective.** In: ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (Org.). The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning.. Bingley: Emerald, 2017, p. 87-102

[GUIMARÃES, J.A.C.](#) **Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais.** In: FUJITA, M. S. L.; Guimaraes, J. A. C. (Org.). Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 33-44.

GUIMARÃES, J.A.C.; PINHO, F.A.; MILANI, S.O. Theoretical dialogs bout ethical issues in knowledge organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. Knowledge Organization, v. 43, n.5, p.338-350, 2016.

OLSON, H. A. The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leituras: **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, v. 2, p.19-33, 1998.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. Sistemas de organización del conocimiento: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid; Boletín Oficial de Estado, 1996.

SMIT, J W. Que e documentacao. Sao Paulo, Brasiliense, 1986

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. **Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional.** In: VALENTIM, M.L. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.

THELLEFSEN, T.; THELLEFSEN, M. (2004). Pragmatic Semiotics and Knowledge Organization. Knowledge Organization, v.31, n.3, p.177-187, 2004.

[TOGNOLI, N. B.](#) ; RODRIGUES, A. C. ; GUIMARÃES, J.A.C. . Archival knowledge: conceptual frameworks for a recent terminology in the KO domain. Knowledge Organization, v. 46, p. 522-529, 2019.

[TOGNOLI, N.B.](#); [GUIMARÃES, J.A.C.](#) . Provenance as a knowledge organization principle. Knowledge Organization, v. 46, p. 558-569, 2019

WITTY, F.J. The beginnings of indexing and abstracting: some notes towards a history of indexing and abstracting in antiquity and the middle ages. **The indexer**, v.8, n.4, p. 193-198, Oct. 1973.